

EUFORIA, REPRESSÃO E VIOLÊNCIA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DAS PAIXÕES POLÍTICAS NO CONTEXTO DO GOLPE E DA DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964 – 1985)

David Antonio de Castro Netto¹

Resumo: O objetivo deste texto é entender como o golpe militar de 1964 abriu a possibilidade para a liberação de energias pulsionais que vão desde a euforia das comemorações das Marchas com Deus pela Família e Liberdade até o uso da violência enquanto mediadora para a solução dos conflitos. Como aporte teórico, utilizaremos os textos de Pierre Ansart e Christophe Prochasson e como embasamento empírico serão utilizadas cartas dos militantes da ARENA, depoimentos militares reunidos em torno do projeto “A memória militar” (CPDOC/FGV) e de ex-agentes do Destacamento de Operações e Informações de São Paulo (DOI-SP).

Palavras-chaves: ditadura-militar; paixões políticas; violência política;

EUPHORIA, REPRESSION AND VIOLENCE: A PROPOSAL FOR ANALYSIS OF POLITICAL PASSIONS IN THE CONTEXT STRIKING AND THE MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL (1964 - 1985)

Abstract: This paper aims to understand how the military coup of 1964 opened the possibility for the release of pulsional energies, which range from the euphoria of the celebrations of the Marches with God for the Family and Freedom to the use of violence as a mediator for conflicts resolutions. As a theoretical framework, we used Pierre Ansart texts and Christophe Prochasson, and as empirical support, letters by ARENA militants will be used; military statements gathered around the project "The military memory" (CPDOC / FGV) and of former agents of Detachment Operations and Information of São Paulo (DOI-SP).

Keywords: military dictatorship; political passions; political violence;

Introdução:

O objetivo deste texto é analisar dois momentos da conjuntura brasileira. O primeiro deles é a euforia das comemorações no imediato pós-golpe militar de 1964 (as “Marchas da vitória”) e o segundo é a forma pela qual a construção do conceito de “inimigo interno” possibilitou aos sujeitos

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná. Área de pesquisa: História do Brasil - Ditadura Militar. E-mail: david.acnetto@gmail.com.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

dar vazão a ações violentas contra aqueles que foram considerados opositores do regime.

Nosso texto procurará compreender como a manutenção de sentimentos como o medo, lastreados no que podemos chamar de uma cultura política anticomunista, atua como ingrediente de propaganda e catalisa a ação dos golpistas e, no segundo momento, lubrifica a legitimação da ação de um aparato repressivo vigoroso que, emanado das Forças Armadas, acaba por suplantar a ação dos órgãos tradicionais de arbítrio dos conflitos sociais, grosso modo, as Polícias Civil e Militar e o Poder Judiciário.

A temática pode causar estranheza aos pesquisadores, uma vez que a operacionalidade de conceitos como medo, ódio, raiva, otimismo e ressentimento não são de uso comum na medida em que a produção das ciências humanas esteve (ou está?) profundamente marcada pela racionalidade iluminista resumida no binômio razão *versus* emoção.

A questão a ser analisada consiste em entender como um grupo social (as Forças Armadas) toma para si o papel de “guardião” daquilo que era considerado a essência da nação; o verdadeiro Brasil; o brasileiro nato e a partir da gestão de uma série de signos comoventes aponta quem deveriam ser os “amigos” e os “inimigos”.

Com o objetivo de fazer a relação entre as estruturas e os indivíduos operacionalizaremos um conjunto documental que é composto por dois grupos: em primeiro lugar, pelos Manuais Básicos da Escola Superior de Guerra (1976 e 1978) – pois fornecem os ideários de Brasil e brasileiro que foram construídos pela corporação militar e, ainda que não fossem seguidos a risca em seus aspectos político ou econômico, no aspecto do “homem brasileiro” sua proposta foi seguida a risca.

Em segundo lugar, agregamos ao corpo documental, uma série de depoimentos retirados da tríade produzida pelo Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas² que compõem um

² D’Araujo, Maria Celina ; SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (org). *Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. D’Araujo, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon e

Euforia, repressão e violência: uma proposta de análise das paixões políticas no contexto do golpe e da ditadura militar no Brasil (1964-1985)

| David Antonio de Castro Netto

dos maiores acessos a uma espécie de “visão militar” sobre o período. Outra fonte de análise são alguns depoimentos que aparecem na obra de Marcelo Godoy³ sobre o Destacamento de Operações Internas (DOI), de São Paulo. Algumas cartas de militantes da extinta Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, em menor escala, matérias que circularam na imprensa escrita do período.

Imaginário social, signos comoventes e ação política:

Existe nas Ciências Humanas um amplo debate a cerca do imaginário político. Autores como Raoul Girardet, Bronislaw Bazcko e Benedict Anderson⁴ procuram definir o conceito e as formas pelas quais uma sociedade constrói um conjunto de elementos representativos sobre si mesma, suas qualidades e seus defeitos.

Ao iniciarmos o debate sobre este tema do imaginário o que propomos é analisar a possibilidade deste conceito ir além de uma espécie de “abstração” para entender como, em determinadas conjunturas, este imaginário se mescla com a realidade dos processos históricos e justifica a tomada de ações práticas.

É neste ponto que a obra de Pierre Ansart se destaca na literatura sobre o tema. A maioria dos cientistas sociais (Marx, Mannhein, Weber ou os

CASTRO, Celso (org). Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994 e SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (org). A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

³ GODOY, Marcelo. A casa da Vovó: Uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: Histórias, Documentos e Depoimentos Inéditos dos agentes do regime. São Paulo: Alameda, 2014.

⁴ GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1987; BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: LEACH, Edmund et Alii. Anthropos-Homem. Lisboa,. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985; ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: Reflexão sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008. Além deste pequeno grupo, é possível citar os estudos de Wilhelm Reich (Psicologia das massas e fascismo), os estudos de Max Weber sobre as formas de dominação legítima, além dos estudos do sociólogo Norbert Elias e dos escritos, ditos sociológicos, de Sigmund Freud (Mal estar na civilização; Psicologia das massas e análise do eu; Moisés e o monoteísmo; Totem e Tabu e O futuro de uma ilusão).

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

teóricos da Escola de Frankfurt) apontam para uma análise das emoções enquanto manifestação de momentos de crise ou desnorteamento coletivo. Por sua vez, Pierre Ansart não acredita que sentimentos eclodam apenas nestes momentos, para o autor, as emoções, embora submersas, estão presentes no cotidiano das sociedades.

Desta maneira, aponta para a relação constante entre as ações políticas ‘concretas’ e os afetos políticos. Assim, tais ações, não podem ser vistas exclusivamente pelo viés racional. São a parte visível do conjunto de elementos que compõem as sociedades. Como qualifica Pierre Ansart⁵:

Nenhuma prática social é redutível unicamente aos seus elementos físicos e materiais; é de uma urgência essencial e constitutiva da prática que esta se realize numa rede de sentidos que ultrapassa a segmentação dos gestos, dos indivíduos e dos instantes. Do mesmo modo, toda a sociedade cria um conjunto coordenado de representações, um imaginário através do qual ela se reproduz e que designa em particular o grupo a ele próprio, distribui as identidades e os papéis, expressa as necessidades coletivas e os fins a alcançar. Tanto as sociedades modernas, como as sociedades sem escrita, produzem esses imaginários sociais, esses sistemas de representações, através dos quais elas se autodesignam, fixam simbolicamente suas normas e seus valores.

A definição do autor aponta para uma questão importante: Como pode ser analisada a relação entre os conflitos sociais e os imaginários sociais? Como os diferentes grupos em disputa pelo poder fazem, ou fizeram, uso destas construções e como conseguiram utilizar esse sistema ‘abstrato’ em algum tipo de ação política.

A moderna utilização sistemática deste constructo social é definida, grosso modo, ideologia política. Um dos pontos de divergência entre o autor francês e grande parte da literatura sobre o tema é que, para Pierre Ansart⁶, a ideologia política não instrumentaliza apenas o aspecto alienante, mas faz uma mistura entre o aspecto imaginário (a construção da nação ideal, por

⁵ ANSART, Pierre. Ideologias, conflitos e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 21-22.

⁶ ANSART, Pierre. Ideologias, conflitos e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Euforia, repressão e violência: uma proposta de análise das paixões políticas no contexto do golpe e da ditadura militar no Brasil (1964-1985)

| David Antonio de Castro Netto

exemplo) porém, vale-se de elementos reais que mobilizam as ações dos indivíduos. Em suma:

O sujeito é chamado a uma ação mundana, mas é convocado “em sua alma e consciência”, como ser autônomo que será a um tempo depositário da verdade e culpado, caso ela se subtraia. A linguagem dirige-se a cada um individualmente e visa provocar adesão “sincera”, assim como se inclina a mobilizar o jogo das identificações e culpabilidades. Assim, o caráter apaixonado dos apelos políticos não é um aspecto secundário que se poderia, sem contradição, suprimir. Embora haja gradações nessa passionalização, a dicotomia afetiva que percorre toda ideologia é irreduzível: a legitimação é, simultaneamente, apelo ao afeto, à confiança, à admiração, à identificação; a invalidação é, simultaneamente, apelo ao desafio, ao desprezo, ao ódio. Toda energia das paixões pode ser investida no conflito ideológico e comunicar-lhe a mais extrema violência⁷.

É a partir desta perspectiva que Rodrigo Patto Sá Motta⁸ analisa o conceito de “cultura política”, buscando uma integração entre as escolhas racionais que os indivíduos podem fazer no desenrolar dos processos políticos e as experiências adquiridas nos seus círculos de sociabilidade. Desta maneira:

Tal compreensão implica certa crítica ao paradigma liberal-racionalista, que vê os agentes políticos como seres movidos essencialmente por ideias e interesses. A perspectiva culturalista, portanto a aplicação do conceito cultura política, supõe a convicção de que os homens agem também movidos por paixões e sentimentos, como medo, ódio e esperança; são mobilizados por meio de representações e imaginários que constroem mitos e heróis exemplares, bem como inimigos odientos; e tomam decisões por influência de valores construídos em torno da família, nação ou religião. Assim, a atuação política dos homens não decorre apenas da apreensão racional de interesses e/ou da aceitação de ideias e projetos sistemáticos e coerentes, mas por determinação também de fatores culturais. (...) No momento da decisão, os agentes têm à disposição um leque de opções, e os fatores culturais (sentimentos, identidades, valores) podem exercer

⁷ ANSART, Pierre. Ideologias, conflitos e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 46.

⁸ SÁ MOTTA, Rodrigo. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. IN ABREU, Luciano Aronne, SÁ MOTTA, Rodrigo (org). Autoritarismo e cultura política. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013. PP. 09 – 33.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

maior ou menor influência, a depender do contexto e dos atores em cena.⁹

A necessidade de inserir as emoções na política deve ir além do psicologismo anedótico, ou do determinismo das estruturas frente ao indivíduo, mas, ao contrário, como podem ser observadas as inter-relações entre o indivíduo e a sociedade e, como sugere Norbert Elias¹⁰, romper com a dicotomia indivíduo *versus* sociedade.

Em suma:

(...) é perfeitamente possível analisar o complexo emocional que interage com o indivíduo. Nesse caso, é lícito examinar seus modos de inserção em um universo emocional singular, e a gestão das paixões que lhe é própria. Ir além seria ingênuo¹¹.

Ao inserir o sujeito na sua complexa rede de sociabilidade é possível compreendê-lo em relação com as situações que vive e as formas pelas quais reage a ela. Como afirma Christophe Prochasson¹²:

Pode se esperar que a noção de cultura política favoreça este movimento, embora seja verdade que, às vezes, se faça cômodo não permitir nada além de um retorno a velha História das Idéias e dos Partidos Políticos. Daqui em diante, entende-se que a política se faz com um conjunto de signos que conclamam os reflexos indenitários, não passando somente pelo reconhecimento das opiniões demandadas, ou só pelo teor ideológico do discurso. A adesão mobiliza todo um conjunto de processos complexos, que jamais se esgotam na cognição, mesmo em se tratando dos mais racionais dos interesses. É esta parte emocional, que preside a constituição do vínculo político, que convém abordar numa perspectiva histórica.

⁹ SÁ MOTTA, Rodrigo. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. IN ABREU, Luciano Aronne, SÁ MOTTA, Rodrigo (org). Autoritarismo e cultura política. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013. PP. 09 – 33, p. 11.

¹⁰ ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. Especialmente a terceira parte: Mudanças na balança nós-eu.

¹¹ PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. Revista VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 21, n°34, p. 305-324, julho 2005, p. 09.

¹² PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. Revista VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 21, n°34, p. 305-324, julho 2005, p. 05.

A partir destas considerações iremos analisar a construção do imaginário a respeito do “homem brasileiro” feita pelas forças armadas e de que maneira esse imaginário se relaciona com os atores históricos.

O imaginário político brasileiro: o “Homem brasileiro” ideal e seus inimigos:

Num caso específico (o Brasil), o conjunto dos atributos do imaginário brasileiro a respeito da nação, do povo, suas características e perspectivas de futuro, foram construídas, grosso modo, desde o descobrimento e reconstruídas como desenrolar da evolução dos processos históricos.

Inúmeros intelectuais, ensaístas, viajantes, brasileiros ou estrangeiros, tiveram participação importante na construção de uma espécie de “porta retrato do Brasil”. Desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), passando por intelectuais como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Viana, Raymundo Faoro e José Honório Rodrigues; parlamentares, como Rui Barbosa e economistas como Celso Furtado, para citar apenas alguns.

Embora a lista seja longa, assim como a bibliografia sobre o tema, nosso objetivo aqui não é buscar a “genealogia” de tais construções, mas, sim, entender a forma pela qual tal constructo foi sendo moldado de acordo com o desenrolar do processo histórico brasileiro e como as Forças Armadas fazem uso de tal modelo para “ativar” sentimentos coletivos¹³.

¹³Para uma leitura da construção desta genealogia algumas leituras iniciais podem ser indicadas. Recomendamos NAXARA, Márcia. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. IN: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. PP. 427-452. Para as grandes mudanças ocorridas durante os anos 1930, indicamos o texto de CAPELATO, Maria Helena Rolim. Multidões em cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: Editora da UNESP, 2009 e, para tratar da “perspectiva otimista” durante a ditadura militar indicamos: FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

O Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG), de 1976, fornece os elementos tidos como principais pelas Forças Armadas para a concepção dos “Atributos do Caráter Nacional Brasileiro”. Esses elementos são o individualismo, adaptabilidade, improvisação, vocação pacifista, cordialidade e emotividade.

Fundamental observar que os elementos destacados no manual da ESG foram feitos a partir de um tipo de leitura da história do Brasil. Com base nesta leitura, contemplam uma gama de observações que procuram identificar a nação brasileira.

O *individualismo* é “[...] considerado como reação histórica contra a agressividade do ambiente diante das investidas da penetração colonizadora, formando pequenos núcleos, sem comunicação nem apoio mútuo”. A vida no sertão, também contribuiu para engendrar qualidades valorizadas. Assim:

“[...] o sertão, com sua imensidade territorial, onde a ação da lei era precária e os perigos frequentes, engendrou no homem qualidades de coragem, dissimulação, astúcia e confiança pessoal do tipo individualista, Eis como se pode explicar a figura tradicional do patriarca, tomando conta da terra e das gentes de cada grupo isolado, como produto típico das condições geográficas (...) O patriarca foi o primeiro dirigente e o poder privado, o primeiro poder efetivo”¹⁴

A *adaptabilidade* é outra qualidade levantada como parte importante da constituição do brasileiro. Segundo o Manual, o português, ao colonizar o Brasil, já trazia consigo uma bagagem de convivência com outros povos, como os mouros, o que, segundo o Manual Básico:

... tirou-lhe qualquer laivo de superioridade racial, ensinando-lhe, ao contrário a tolerância. Isto possibilitou a miscigenação, facilitada pelo fato de virem os colonizadores desacompanhados de suas mulheres, pela relativa passividade do negro e por ultrapassar a concepção tribal o espírito de unidade do índio¹⁵.

¹⁴ MANUAL BÁSICO. Estado Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. 1976, p. 232.

¹⁵ MANUAL BÁSICO. Estado Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. 1976, p. 232-233.

A concepção do conceito de adaptabilidade traz consigo uma característica fundamental para entender o que ficou conhecido como democracia racial:

A integração racial prosseguiu, naturalmente, ao longo do processo evolutivo do Caráter Nacional. De fato, os holandeses aqui geraram brasileiros durante as duas invasões; as imigrações posteriores de italianos, alemães, árabes, japoneses e outros povos em menor escala acentuaram ainda mais a variedade de tipos étnicos. Ocorreu, entretanto, a assimilação das diferentes correntes étnicas e culturais. Então, hoje, numa admirável fusão de tradições, costumes e estilos de vida, incorporados a nacionalidade. Plasmaram o Homem Brasileiro, que se vai definindo como a síntese de um mosaico de culturas¹⁶.

A *improvisação* é uma característica muito próxima do nosso “jeitinho brasileiro”. Embora cercada de críticas, a improvisação é vista numa perspectiva positiva, desde que colocada sob as “circunstâncias corretas”. Como aponta o Manual Básico¹⁷:

Não se pode esquecer que a improvisação significa capacidade criadora e inegavelmente é um elemento positivo. Seu valor ainda mais aumenta num momento em que a aceleração histórica se reflete em constantes mudanças das condições de vida. A própria rapidez do avanço tecnológico exige capacidade, sem permitir longos prazos de ajustamento. A capacidade criadora da improvisação do brasileiro, por conseguinte, se apresenta como fator favorável na resposta ao desafio do mundo de hoje.

A *vocação pacifista* é salientada como a capacidade dos brasileiros de resolver os conflitos sociais numa linha de conciliação e compromisso, fugindo ao aspecto violento que é marca de outras nações latino-americanas. O Manual Básico¹⁸ afirma que “a vida política brasileira, dentro e fora das

¹⁶ MANUAL BÁSICO. Estado Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. 1976, p. 233.

¹⁷ MANUAL BÁSICO. Estado Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. 1976, p. 233.

¹⁸ MANUAL BÁSICO. Estado Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. 1976, p. 234.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

fronteiras nacionais, foi sempre orientada pelas (sic) idéias de paz e harmonia e caracterizada pelo desejo de conciliação”.

A *cordialidade* é vista como uma síntese das qualidades positivas e, segundo o Manual Básico, é a mais generalizada. A cordialidade seria responsável pelo ingrediente mais potente da formação do Brasil e do brasileiro, a sensibilidade ao sofrimento alheio. De acordo com o Manual Básico:

Por outro lado, as imensas distâncias, a falta de comunicação e o isolamento predispunham à hospitalidade, embora eivada, às vezes, de desconfiança. Estes sentimentos apuram-se com a formação cristã do povo e com a fusão das raças (...) Dai a sensibilidade ao sofrimento alheio, a facilidade em esquecer e perdoar, a indulgência nas repressões, a eliminação das distancias sociais e consequente abolição das distinções de classes e de raças, e de todo um elenco de manifestações afetivas¹⁹.

A emotividade é a última categoria levantada pelo Manual Básico, como parte importante da formação do “Caráter Nacional do Brasileiro”. Ela é resultado da mistura de características dos diversos povos que aqui viveram, toda essa “constelação étnica”, resultou num ser brasileiro tolerante, sensível e generoso para com o próximo.

Ao conjunto de qualidades expostos no Manual da ESG, segue uma conclusão que busca definir o “homem brasileiro”:

De um modo geral, poderia ser identificado o Homem Brasileiro – como um elemento de um complexo étnico que desenvolveu uma cultura relativamente homogênea, paradoxalmente condicionada por cultura heterogênea – individualista, sentimental, improvisador, cordial, comunicativo, humano, e pacifista. Ama a liberdade e a natureza, é lírico, nostálgico, superficial, autodidata, abstrato, idealista, teórico e tolerante. Respeita seu semelhante, suas opiniões, crenças e religiões, mas exerce o senso crítico e faz humorismo irreverente. É instável, por vezes emocional e patético, por vezes satírico e sutil. Cuida antes de si mesmo, mas gosta de ajudar o próximo. Não tem pressa para solucionar seus problemas, mas o faz quando as circunstâncias exigem, ainda que muitas vezes de surpresa e improvisado. Prefere sempre acomodar, pacificar, mas sabe

¹⁹ MANUAL BÁSICO. Estado Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. 1976, p. 234.

Euforia, repressão e violência: uma proposta de análise das paixões políticas no contexto do golpe e da ditadura militar no Brasil (1964-1985)

| David Antonio de Castro Netto

defender o que é seu, preservar suas conquistas sociais e políticas. Homem que bem expressa uma cultura nova, característica de uma formação peculiar²⁰.

Em oposição aos “Atributos do Caráter Nacional Brasileiro” está o “inimigo interno”. A construção deste sujeito está eivada de representações a respeito daquilo que “não se considerava” como “típico” ou “natural” do Brasil e do brasileiro. A construção deste personagem tem respaldo no corpo da Doutrina Nacional de Segurança (DSN) e ampla divulgação no cotidiano brasileiro²¹.

A criação deste “inimigo interno” (que em última análise era definido pela ditadura) aliada a concepção de um tipo diferente de guerra revolucionária, não àquela tradicional, ilimitada e em campo aberto, mas uma guerra mais silenciosa, psicológica, uma guerra de guerrilha, onde os “soldados” não estão identificados, abre caminho para a atuação do aparelho repressivo no sentido de exterminar o inimigo.

Como afirma Maria José de Rezende²² o combate ao “inimigo interno” ganhou características de uma atuação subjetiva. A “Segurança Interna” só estaria assegurada quando os “antagonismos e pressões”, como sugere o Manual Básico, estivessem eliminados e os “valores morais” da leitura de Brasil proposta pela ESG estivessem internalizados na sociedade brasileira. Em suma:

Atuar no âmbito subjetivo era, sem dúvida, considerado pelos condutores da ditadura essencial no processo de sua manutenção, uma vez que garantia as condições psicossociais da segurança nacional. A tarefa dos setores dirigentes tornar-se-ia cada vez mais fácil à medida que os

²⁰ MANUAL BÁSICO. Estado Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. 1976, p. 235.

²¹ À este respeito, uma análise interessante sobre a atuação da revista “Veja” pode ser encontrada em: CARVALHO, Tamiris e NASCIMENTO, Fernanda Santos. O inimigo interno e a ordem política da nação: representações da ditadura civil-militar na revista Veja (1968-1969). IN: Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. V. 6, n.1 (jan-abr. 2014).v. 6, n. 1 (jan/abr. 2014) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2014.

²² REZENDE, Maria José. A ditadura militar no Brasil: Repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984). Londrina: Ed. UEL, 2001, P. 45-46.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

objetivos e desígnios da ditadura fossem internalizados pela maioria da população brasileira, a qual deveria passar a acreditar de maneira absoluta que a liberdade não poderia ultrapassar os limites traçados pelos seus condutores, pois ela poderia conduzir a sociedade a uma verdadeira barbárie.

Para estes momentos de “densa vivência ideológica”, Pierre Ansart²³ encontra na análise de Karl Marx sobre a ascensão de Luís Bonaparte (O 18 de Brumário de Luís Bonaparte), uma explicação que foge da dicotomia base/superestrutura.

Ao revisitar o texto de Marx, Ansart²⁴ realça a visão marxiana do desfecho dos acontecimentos na França de 1848 (a eleição de Luís Bonaparte, maciçamente apoiado pelo campesinato francês e a ação dos revolucionários republicanos) não residir exclusivamente nas relações socioeconômicas:

Marx détaille longuement ces deux situations idéologiques car ne doute pas de leur importance historique ; c'est bien le fantasme des paysans parcelaires qui intervient dans l'histoire de la société française et instaure le pouvoir du futur Napoléon III. Et de même, les fantasmes des révolutionnaires ont des conséquences importantes : ils leur permettent de s'aveugler sur les limites de leurs objectifs, ils leur communiquent cette « ferveur » mobilisatrice dont ces révolutionnaires ont besoin pour accomplir leur tâche historique. En d'autres termes, l'illusion participe à l'histoire, le fantasme collectif permet l'instauration de la nouvelle société économique et politique²⁵.

Nossa questão aqui não é comparar o incomparável (os acontecimentos de 1848 na França com a ditadura brasileira de 1964) e,

²³ ANSART, Pierre. La psychanalyse comme instrument d'analyse des situations idéologiques. In: L Homme et la société, N. 51-54, 1979. Modes de production et de reproduction.

²⁴ ANSART, Pierre. La psychanalyse comme instrument d'analyse des situations idéologiques. In: L Homme et la société, N. 51-54, 1979. Modes de production et de reproduction. pp. 151-161. PP.152

²⁵ Marx detalha longamente estas duas situações ideológicas, pois, ele não duvida de sua importância histórica; são as fantasias dos camponeses fragmentados que intervêm na história da sociedade francesa e instaura o poder do futuro Napoleão III. E da mesma forma, as fantasias dos revolucionários têm consequências importantes: eles lhes permitem fechar os olhos aos limites de seus objetivos, lhes comunicam “fervor” mobilizador do qual os revolucionários carecem para realizar sua tarefa histórica. Em outros termos, a ilusão participa da história, o fantasma coletivo permite a instauração de uma nova sociedade econômica e política. Tradução livre.

muito menos, ratificar a alcunha de revolucionária autoproclamada pelas Forças Armadas ao golpe de 1964. Nosso objetivo é observar a “brecha histórica” que permite mobilizar as “pessoas comuns” em ações que, em outros momentos, não aconteceriam.

As “fantasias coletivas”, sugeridas por Ansart²⁶, fazem parte do conjunto de elementos que compõem o imaginário das sociedades. No caso do Brasil, parte desta fantasia encontra forma no comunismo e, seu ingrediente mobilizador, no anticomunismo.

O “fantasma do comunismo”, em parte construído pelo complexo IPES/IBAD e em parte construído pela própria ação da esquerda nos anos 1960, serve de lubrificante, inicialmente para o golpe militar e, depois, para a atuação da repressão. Uma justificativa, tanto no nível institucional, como presente nos depoimentos arrolados no decorrer deste texto.

A “deformação fantasmática”, como sugere Pierre Ansart, “conduz ao extremo essa ilusão que engloba essencialmente o fato político”²⁷ e produzem, na sequência, um entusiasmo coletivo, que leva a sociedade à um estado de euforia coletiva, libertando-se das repressões e recalques que o convívio social exige, para, depois, retornar a um estado de “mal-estar”.

É a partir da perspectiva do entusiasmo coletivo é que analisamos as demonstrações públicas de apoio ao golpe militar, reunidas em torno das Marchas com Deus pela Família e Liberdade.

As “marchas da vitória”: Entre a euforia e o mal-estar:

A primeira Marcha, realizada em São Paulo dia 19 de março de 1964, seria uma resposta ao famoso comício da Central do Brasil. As estimativas apontam para 500 mil pessoas marchando pelas ruas da principal capital do

²⁶ ANSART, Pierre. La psychanalyse comme instrument d'analyse des situations idéologiques. In: L'Homme et la société, N. 51-54, 1979.

²⁷ “...la déformation fantasmatique qui se produit durant la crise révolutionnaire conduit à l'extreme cette illusion que comporte essentiellement le fait politique”. Ansart, 1979 p. 152. Tradução livre.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

Brasil. Sob o coro de “Tá chegando a hora de Jango ir embora” e de cartazes com os dizeres “Trinta e dois mais trinta e dois igual a sessenta e quatro”, líderes religiosos, políticos e lideranças femininas pediam a presença das forças armadas na política brasileira²⁸.

Aline Presot²⁹ contabiliza 69 marchas ocorridas entre março e junho de 1964, a grande maioria após o golpe militar concretizado. Fato interessante levantado pela historiadora é a forma pela qual as marchas se apropriam da memória de eventos históricos importantes. No caso do estado de São Paulo, existe uma grande relação feita entre o golpe e a Revolução de 1932:

A população de Araraquara, no interior de São Paulo, foi convocada a participar de “passeata em defesa da democracia e de repulsa ao comunismo”. Em 21 de março as principais ruas da cidade seriam percorridas em silêncio e a Marcha terminaria no cemitério, diante do Monumento ao Soldado Constitucionalista, onde estudantes depositaram coroas de flores em memória dos araraquarenses mortos em 1932³⁰.

Em Belo Horizonte, a Marcha realizada em 13 de maio (dia de Nossa Senhora de Fátima), reuniu cerca de 200 mil pessoas e terminou sob os pés da estátua de Tiradentes. De acordo com a autora, a Inconfidência Mineira, assim como Tiradentes, foram vistos como o símbolo republicano do sacrifício em nome da liberdade.

A marcha de Recife foi noticiada pelo Estado de São Paulo como “a maior concentração humana de que ali se tivera notícia”. Na marcha pernambucana o ingrediente do estrangeiro, do invasor, transfigurado no

²⁸ Segundo Presot (2010) embora as marchas tivessem um ingrediente católico, tornaram-se um movimento político supra-religioso. A presença de líderes de igrejas protestantes, babalorixás e rabinos dão este tom. A presença de líderes políticos também é marcante em todo este processo.

²⁹ PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PP. 71-96.

³⁰ PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PP. 71-96, p. 86.

“comunismo internacional” foi misturado com uma espécie “espírito resistente dos pernambucanos”, que, novamente, eram “convocados para, na marcha, repetir o passado glorioso de lutas contra o estrangeiro”³¹.

Em Santa Catarina, em meio as “comemorações da vitória” as manifestações descambam para a destruição de objetos vinculados ao comunismo ou aos seus líderes. No caso de Florianópolis, Lohn³² apresenta uma análise daquele momento de fúria:

Em meio à “vitória da liberdade e da democracia”, os livros não escaparam do provincianismo. Por ocasião do golpe militar, “populares” arrombaram a livraria Anita Garibaldi “e, retirando de lá, todos os livros de literatura marxista, puseram fogo em plena via pública, sob os aplausos da multidão que acorreu ao local”. Segundo o jornal A Gazeta, o local era frequentado por “elementos reconhecidamente vermelhos residentes nesta Capital que ali faziam seu ponto de reunião”. (...) O grupo que promoveu o arrombamento da livraria e o incêndio dos livros seria liderado, entre outros, pelo então deputado estadual Nereu do Vale Pereira, do Partido Democrata Cristão. (...) Entre as obras “subversivas” incendiadas, diz-se que havia uma “história do cubismo”, confundida com um “livro sobre a Cuba do ditador Fidel Castro”.

A cena reconstruída pelo autor, à primeira vista, é digna de entrar no rol das anedotas brasileiras (aliás, está é a sugestão do autor ao propor que “a ocasião poderia fazer parte do festival de absurdos recolhidos por Sérgio Porto, o Stanislaw Ponte Preta, intitulado “Festival de besteira que assola o país”³³), entretanto, nosso ponto de vista pretende ir além de categorizar tais eventos como infames.

³¹ PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PP. 71-96, p. 88.

³² LOHN, Reinaldo Lindolfo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. IN: BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo L. (orgs): Histórias na ditadura. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014, p. 26.

³³ LOHN, Reinaldo Lindolfo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. IN: BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo L. (orgs): Histórias na ditadura. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014, p. 26.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

A atuação da massa na destruição de tudo aquilo que julgavam representar o comunismo ou a sua prática está associada ao ingrediente de fúria, ira e cólera que, a primeira vista, podem fazer crer ao observador externo que a turba está desgovernada. Não nos parece ser este o caso.

Embora violenta, a atuação da massa tem um objetivo concreto. Definido. Ainda que a destruição de um livro sobre o cubismo seja digno de uma leitura irônica do fato, o evento revela algo importante em nossa análise. A mobilização, a mistura de sentimentos, entre a ira e o prazer da destruição do objeto externo, tido como desagregador ou destruidor³⁴.

Os eventos arrolados neste texto podem se multiplicar. Muitos são os fatos que concorrem para observar a liberação de energia em suas diversas formas, violentas ou não. A conclusão de Presot³⁵ vai ao encontro da proposta de Pierre Ansart:

Contudo, em relação ao conjunto da sociedade que naquele ano expressou em praça pública seu apoio ao golpe civil-militar, é possível afirmar que, em algum momento, aquela comunidade de imaginação foi se enfraquecendo a partir da confusão formada pelos desvios de interesses dos diversos segmentos que a formaram. Entre as razões, é possível supor, está o fato de que em nenhum momento se reivindicou um regime de exceção prolongado durante a “campanha anticomunista”, e sim uma breve intervenção, que viesse “arrumar a casa”, moralizando as instituições. Desse modo, tais recursos discursivos não foram suficientes para manter acesas tais imagens durante todo o regime. Aos poucos, a memória das Marchas da Família foi desaparecendo da vida coletiva. Fenômeno que também tem muito a contribuir para a compreensão da sociedade de então e dos caminhos traçados por ela em 21 anos de ditadura militar.

Em nossa perspectiva, a análise da autora, revela o momento de elevação e queda da presença do fantasma e do entusiasmo coletivo. Se o comunismo estava presente, mais como cultura política, do que como agente

³⁴ Não é demais (re)lembrar o que vem sendo afirmado no decorrer deste texto. O comunismo foi propalado como um ingrediente alienígena, com potencial de destruir desde a família até a nação. Este foi o tom da campanha implementada pelos grupos Ipês/Ibad, na imprensa, nos meios militares, antes, depois e durante toda a ditadura militar.

³⁵ PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PP. 71-96, p. 89-90.

Euforia, repressão e violência: uma proposta de análise das paixões políticas no contexto do golpe e da ditadura militar no Brasil (1964-1985)

| David Antonio de Castro Netto

revolucionário, o fantasma coletivo, revelado pelos desdobramentos políticos, catalisa o agente mobilizador.

As “marchas da vitória” se voltam contra os conhecidos “inimigos da pátria”. A sua “eliminação” gera ecstasy e euforia coletiva. Entretanto, dissipado “o perigo”, ou, dissipado o ingrediente imaginário que turva a realidade, o estado emocional é o de “mal-estar”.

Ainda de acordo com Ansart³⁶ estes momentos revolucionários podem abrir espaço para a liberação de energias libidinais:

Il s'agit, en particulier, de repenser la possibilité du fantasme collectif, de comprendre comment des représentations fantasmatiques, plus proches du rêve que de l'expérience de réalité, peuvent devenir une véritable dimension de l'action et de la pratique sociale. Il s'agit de comprendre comme l'illusion peut être précisément vécue par les sujets avec plus d'intensité que la relation à l'objet réel, et comprendre pourquoi cette expérience fantasmatique peut devenir collective (...) Et, de plus, il s'agit de comprendre comment ces illusions, loin de détourner de l'action, élèvent le niveau des énergies sociales et rendent possible le maximum de mobilisation des forces.³⁷

Essa densa mobilização coletiva das forças, ou, essa espécie de compartilhamento de sentimentos dos mais diversos, também pode ser vista em escala individual. Será esta escala que tentaremos analisar, a partir das cartas enviadas a sede do “partido do governo”, a Aliança Renovadora Nacional (Arena)³⁸.

³⁶ ANSART, Pierre. La psychanalyse comme instrument d'analyse des situations idéologiques. In: L'Homme et la société, N. 51-54, 1979, p. 153.

³⁷ Trata-se, particularmente, de repensar a possibilidade da fantasia coletiva, de compreender como representações fantasiosas, mais perto do sonho que da experiência real, podem tornar-se uma verdadeira dimensão da ação e da prática social. Trata-se de compreender como a ilusão pode ser precisamente vivida pelos sujeitos com mais intensidade do que a relação ao objeto real e de compreender por que esta experiência fantasmagórica pode se tornar coletiva. (...) E, no mais, trata-se de compreender como estas ilusões, longe de desviar a ação, elevam o nível das energias sociais e tornam possível o máximo de mobilização das forças. Tradução livre.

³⁸ As cartas utilizadas neste texto encontram-se em Grinberg, Lúcia. “Saudações Arenistas”: A correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1966 – 1979. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PP.

Cartas para a Arena: Violência autorizada contra os “inimigos da pátria”:

A análise das cartas enviadas para o diretório nacional da Arena pode dar-nos a dimensão da mobilização que o fantasma do anticomunismo fornecia aos seus militantes. A presença das Forças Armadas na política fornece um elemento libertador para àqueles que se viam “obrigados” a conviver com o comunismo tupiniquim.

Um aspecto importante destacado por Grinberg³⁹ é afastar a percepção de que os militantes da Arena eram pura e simplesmente adesistas de plantão ou oportunistas. Parte deste contingente de militantes realmente acreditava no projeto político proposto, ainda que difuso e sempre afetado pelas vicissitudes da relação do partido com a ditadura.

A autora ilustra a ampliação deste diálogo na medida em que observa a formação dos quadros políticos que compunham o partido. Desta maneira, se a Arena é criada pelo AI-02, em 27 de outubro de 1965, seus quadros foram formados pela nata do conservadorismo político nacional (UDN, PSD, PSP e PL).

Em suma:

As maneiras de participar da organização, mais ou menos engajadas, como membros de diretórios, candidatos, filiados ou apenas escrevendo para os seus dirigentes, não podem ser entendidas senão a partir da perspectiva da participação política. (...) Seja em pequenos municípios do interior ou nas grandes metrópoles, houve empenho de boa parte da sociedade em organizar a Arena, seus diretórios, suas candidaturas, possibilitando a realização de eleições em todo o país⁴⁰.

251-278. E Grinberg, Lúcia. Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965 -1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

³⁹ GRINBERG, Lúcia. “Saudações Arenistas”: A correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1966 – 1979. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PP. 251-278.

⁴⁰ GRINBERG, Lúcia. “Saudações Arenistas”: A correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1966 – 1979. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PP. 251-278, p. 258.

Euforia, repressão e violência: uma proposta de análise das paixões políticas no contexto do golpe e da ditadura militar no Brasil (1964-1985)

| David Antonio de Castro Netto

A partir desta perspectiva, menos obtusa diga-se, a análise das cartas revela não apenas o adesismo, mas o compromisso político de continuar a atuação em prol do partido e dos ideais da “Revolução de 1964”.

Nesta linha de pensamento é que podemos apontar algumas cartas que se alinham a proposta deste texto. Vejamos o exemplo de um correligionário de Londrina – Paraná. Em carta ao diretório, ele narra sua empreitada contra o anticomunismo:

Sou marcado por essa casta de traidores vendilhões da Pátria de nos outros, pois que eles não têm Pátria. Fui suplente do Delegado Regional durante muitos anos e, tive que enfrentar – com muito prazer – à frente de um “Contingente” de Polícia, quando respondia pela Regional justamente quando (1955) realizaram por todo Brasil, nas capitais e principais cidades, todavia, não em Londrina, porque não consenti e, no sábado véspera de tais concentrações era aniversário de Prestes, e na calada da noite hasteraram uma enorme Bandeira Russa, bem no centro da cidade, no mastro do altar da Pátria, onde se hasteia o Pavilhão Sagrado. Ali mesmo queimei aquele Pano Vermelho nojento⁴¹.

A atuação narrada pelo militante ocorre em 1955. A questão cronológica não inviabiliza a análise proposta até aqui, ao contrário, ratifica a proposta do enraizamento da ojeriza ao comunismo. O golpe de 1964 possibilita vazão para uma atuação mais violenta no combate ao comunismo.

Como ressaltamos, o anticomunismo é presença constante. Em alguns momentos para relembrar o triunfo da “Revolução de 1964”:

Torna-se necessário que evitemos questões e possamos, unidos, levarmos avante os sagrados postulados de 31 de março de 1964, que tira das mãos vermelhas do comunismo a dignidade de nossa santa idolatrada bandeira Brasileira! [...] O que fizeram durante tantos e tantos anos, estes idiotas, ateus e sem pátria pelo povo, pelo Brasil? Nada! (...) Onde se podia orar com tranquilidade? O povo se sentia apavorado. Nenhum direito. Eram irmãos contra irmãos, pais contra seus próprios filhos! Veio a passeata Família com Deus! O terço em mãos confiantes, contra os ateus comunistas, em plena

⁴¹ GRINBERG, Lúcia. “Saudações Arenistas”: A correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1966 – 1979. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PP. 251-278, p. 266.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

Belo Horizonte. Fomos pisados e nos faltaram com respeito (...) jamais conseguiram nos vencer porque onde se faz presente Deus, a vitória foi demorada...mas veio. Lembrem-se do Comício da Central em 13/3/1964? Foi ali que o Comunismo ateu selou a sua derrota total! As gloriosas Forças Armadas...unidas ao povo, deu um basta! E graças ao bom Deus, em 31/3/64, desfraldou sobre o nosso solo Pátrio, a alvorada de Paz, amor e progresso, onde estamos dentro de um padrão de honra-trabalho-direito e liberdade dentro da Lei! E o que mais podemos desejar? Apenas que, ao entrar na cabine de votar, se conscientize e vote na Arena! Ara grandeza e estabilidade de nossa Pátria! Muito obrigado⁴².

Em outros momentos para relembrar a situação “caótica” antes do golpe militar. Numa espécie de alerta, escreve o militante:

Se tivemos os Costa e Silva, e se temos os Garrastazu Médici, os Ernesto Geisel, para a felicidade do povo e bem da Nação, ainda temos, infelizmente, e nas sombras, os Jangos, os Brizolas, nas espreita de novas derribadas. Felizmente a Revolução de 64 é irreversível e o povo jamais esquecerá do que foi o Brasil antes de 64 e do que é atual: Grande, forte, próspero e feliz; com este grande Presidente Geisel, graças a Deus!⁴³

A observação do conteúdo das cartas ajuda a entender a forma pela qual os chamados signos comoventes são articulados entre as construções teóricas globalizantes e as formas pelas quais seus significados são operados pela população, ainda que em caráter de exemplo.

Ainda no tocante às cartas enviadas ao partido, gostaríamos de salientar o elemento do autoritarismo. Em meio as discussões sobre a abertura política a quantidade expressiva de correspondências é dirigida ao partido manifestando opiniões contrárias não apenas a liberalização política, mas, ao contrário, clamando por uma intervenção continuada e mais violenta.

⁴² GRINBERG, Lúcia. “Saudações Arenistas”: A correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1966 – 1979. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PP. 251-278, p. 269.

⁴³ GRINBERG, Lúcia. “Saudações Arenistas”: A correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1966 – 1979. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PP. 251-278, p. 269.

Euforia, repressão e violência: uma proposta de análise das paixões políticas no contexto do golpe e da ditadura militar no Brasil (1964-1985)

| David Antonio de Castro Netto

A carta datada de 1977, enviada de Araçatuba (São Paulo), acusa o exército de abandonar a “revolução”, e o Brasil, sob o risco de retorno à “anarquia”:

Agora o Exército fez uma Revolução forçada pelo povo e, vai deixar tudo como estava? Ajude o presidente Geisel para que não cometa o crime de perder mais esta REVOLUÇÃO que o povo quis e apoia, entregando o BRASIL a gang de políticos militares e civis... Porque ouvir Médici, Jura (*sic*) Magalhães, Cordeiro e, outros carcomidos? Porque não usar o AI-5 com mais frequência contra militares e civis desonestos ou contestadores? Por que pensar em retirara-los da CONSTITUIÇÃO se, tivemos há pouco tempo, um julgamento, pelas duas casas do CONGRESSO absolvendo um SENADOR DESONESTO? [...] As eleições devem ser indiretas para PRESIDENTE DA REPÚBLICA E GOVERNADORES quer queria ou não o MDB, que precisa ser controlado juntamente com a IMPRENSA pois, abusam da liberdade existente para prejudicar o BRASIL⁴⁴.

Outra carta, expressa com mais clareza a possibilidade do uso indiscriminado da violência física contra os opositores do regime.

A Revolução de março deveria ter feito tal como no Irã atualmente. Pergunto V.Excia. quem vai reclamar direitos humanos dos Arraes? Carter, o CNBB, o MDB, os comunistas? Dom Hélder Câmara? Os Bispos? Os Arcebispos? Os Padres? A imprensa falada e escrita? A rádio? A Televisão? O certo é, excelência, que o Irã é que está certo. Não é patriota, fogo nele. Se a Revolução tivesse adotado tal medida, hoje o Brasil seria um seio de Abrahão. (...) O governo tem que tomar medidas enérgicas, contra todos os crimes, inclusive mandar prender os “advogados” que surgirem pedindo *habeas corpus* para esta marca de gente ordinária que infestam as Capitais, as grandes cidades etc. etc. etc.⁴⁵.

As cartas demonstram, não raras vezes, a não inibição do uso da violência. Mas, o que chamamos atenção aqui não é apenas para o uso da

⁴⁴ GRINBERG, Lúcia. “Saudações Arenistas”: A correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1966 – 1979. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PP. 251-278, p. 271.

⁴⁵ GRINBERG, Lúcia. “Saudações Arenistas”: A correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1966 – 1979. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PP. 251-278, p. 271-272.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

violência, mas o uso da violência institucionalizada, no aparato repressivo legal (DOPS e CODI-DOI) e do aparato repressivo “supralegal”, os atos institucionais.

Nosso ponto de análise aqui é a possibilidade de observar como a construção do Estado que tem a violência como uma de suas principais engrenagens, também pode interferir na forma como os indivíduos encaram o debate político e como os indivíduos interferem na continuação das práticas violentas não apenas durante a existência da ditadura, mas, também, depois dela.

Grosso modo, chamamos de “brecha violenta” a construção de um sistema de governo que permite a atuação do aparato repressivo legalizado e tolera (e, em alguns casos, fomenta) a construção de um sistema repressivo para-legal cujo seu maior expoente, provavelmente, seja o Esquadrão da Morte⁴⁶.

Ao analisar a obra “A democracia na América”, Prochasson⁴⁷ salienta a hipótese de Tocqueville, baseada na existência de um regime político (a democracia) e de uma gestão particular das emoções o que levaria a uma inter-relação entre os sentimentos e as formas das práticas políticas.

De acordo com Norbert Elias⁴⁸, a violência enquanto instrumento de resolução de conflitos, vai sendo domesticada a partir da Idade Média num duplo movimento. Por um lado, a formação dos Estados Nacionais cria o monopólio do uso da força por uma instituição (o Estado) que organiza e seleciona as formas pelas quais e contra quem a violência pode ser usada.

⁴⁶ Para uma leitura sobre a atuação do esquadrão da morte em São Paulo recomendamos SOUSA, Percival. *Autopsia do Medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

⁴⁷ PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. *Revista VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, vol. 21, nº34, p. 305-324, julho 2005, p. 09.

⁴⁸ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. 01: Uma história dos costumes. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador* Vol. 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. e ELIAS, Norbert. *Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*, em especial, Cap. 03 - Civilização e Violência – Aqui, lembramos que a repressão das pulsões não existe sem “efeitos colaterais” na formação da psique. Neuroses, transtornos e outras doenças psíquicas aparecerem de acordo com a forma que cada indivíduo articula a introjeção dos limites impostos pela configuração social em que vive.

Por outro lado, Norbert Elias analisa as formas pelas quais os indivíduos passam a se autodisciplinar para controlar seus impulsos violentos e redireciona-los para as instâncias permitidas pela configuração social em que vivem. Ressalta que este é um processo longo, apoiado num processo educacional, que começa com a relação entre pais e filhos, passando por outras instâncias sociais como a escola e a religião até que o indivíduo estabeleça um autocontrole.

Partindo desta premissa, nos parece pertinente propor a seguinte análise: a democracia seria o regime de governo onde o uso da violência está reservado exclusivamente ao Estado, porém seu uso deve ser seletivo e deve visar a proteção do cidadão. Grosso modo, na democracia a violência física é sublimada no parlamento, mediada pelo sistema Judiciário e executada pelas forças legais, ou seja, a tendência é que sua presença na vida pública seja paulatinamente reduzida, tanto na sua execução pelo Estado, quanto no aumento da tendência dos indivíduos ao autocontrole.

Nos regimes totalitários, a violência é o próprio Estado, ela é multiplicada em diversas instâncias não necessariamente estatais, porém não coibidas por ele⁴⁹ e se faz presente no cotidiano, é ela a instância principal na qual são resolvidos os embates sociais.

Nos regimes autoritários, onde o grau de violência assumido pelo Estado ultrapassa os limites da proteção aos indivíduos e assume uma característica de persecutória/predatória contra um “inimigo comum” (seja o partido, grupo social ou grupo étnico)⁵⁰.

O que nos parece é que naquele momento (1964 – 1985) a repressão aos instintos violentos foi, em parte, suspensa por parte daqueles que apoiavam não só a ditadura militar, mas os meios pelos quais sua polícia

⁴⁹ A este respeito ver a análise dos Freikorpos proposta por Norbert Elias em Os Alemães.

⁵⁰ Nos parece claro que esta tosca tipologia carece de definições mais sólidas. Entretanto, acreditamos ser suficiente para as necessidades deste artigo. Chamamos a atenção ainda para o desenvolvimento “desigual” que os usos da violência exercem nas sociedades humanas e como elas constroem instrumentos para seu uso regulado, no caso das democracias. Neste ponto, nos aproximamos muito da visão de “processo civilizador” sugerida por Norbert Elias.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

política atuava contra os “subversivos”. Como resultado, os indivíduos se sentem menos compelidos a expressar seu ódio, seja por meio das cartas enviadas a Arena, seja financiando o aparato repressivo ou até mesmo integrando organizações paramilitares como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) ou o Movimento Anticomunista (MAC).

Aliado ao relaxamento da repressão aos instintos violentos é construído um objeto mal, externo ao ego do indivíduo e depositário, via identificação projetiva⁵¹, de toda a essência daquilo que consideram mal e, portanto, contra ele todas as defesas podem (e devem) ser utilizadas.

De acordo com David Zimerman⁵² o conceito kleiniano de identificação projetiva pode ser visto como uma derivação da proposta de Freud na obra “Psicologia das massas e análise do eu”. Neste texto Freud aponta para a construção de um modelo ideal de ego coletivo (Jesus Cristo, para os católicos) ou na projeção paterna entre os membros da tropa e seu comandante.

Se no texto, Freud aponta para a construção de uma projeção em termos totais (a Igreja, o exército), Melanie Klein aponta para uma identificação em termos parciais que são projetados em vários objetos.

Desta maneira, podemos entender o conceito kleiniano como uma medida de defesa que expulsa do ego aspectos intoleráveis (a agressividade, por exemplo) para dentro de outra pessoa (a mãe no caso do bebe ou o analista no caso do adulto).

Se por um lado, o conceito de identificação projetiva não nos permite entender a forma pela qual cada sujeito faz e refaz suas identificações projetivas, por outro, ele nos permite entender a operação psíquica na qual o sujeito retira de si aspectos insuportáveis de seu ego (coisas boas ou ruins) e deposita em outrem tal característica.

⁵¹ KLEIN, Melanie. Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963). Rio de Janeiro: Imago, 1991. O conceito é explicitado no capítulo 01 – Notas sobre alguns mecanismos esquizoides (1946).

⁵² ZIMMERMAN, David. Vocabulário contemporâneo de psicanálise. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

Ao utilizar o conceito de Melanie Klein não incorremos na ingenuidade de propor uma análise psicanalítica dos sujeitos, mas, ao contrário, o que buscamos é, a partir da utilização de tais conceitos, entender como os indivíduos puderam operar o uso da violência (seja física ou simbólica) contra aquilo ou aqueles que julgavam capazes de destruir seus objetos idealizados ou que seriam eles mesmos portadores da destruição.

Essa suspensão da repressão ao exercício privado da violência encontra eco no aspecto coletivo, na construção e destruição do “inimigo interno” (o comunista, o terrorista, o militante, o partido), na “situação” de “guerra revolucionária” e, no aspecto individual, na possibilidade de ver neste outro um objeto mal que, ao ser destruído, leva consigo seus malefícios, tornando não apenas a sociedade “melhor”, mas também, fornecendo algum alívio momentâneo, na medida em que elimina o objeto tido como persecutório.

Este objeto construído como mal passa a ser depositário de todos os problemas (sejam eles políticos, econômicos ou morais) e agressivo, na medida em que toma a frente e vai ao ataque. É nesta perspectiva que os depoimentos dos generais ligados ao aparato repressivo confluem.

Ao ser indagado sobre o motivo pelo qual as Forças Armadas não apresentam uma satisfação ao público sob as denúncias de tortura, Carlos de Meira Mattos⁵³ afirma:

O que acontece é que houve um grupo que resolveu enfrentar o governo de arma na mão. Eles se organizaram em guerrilha e partiram para a agressão. Partiram para a agressão, a resposta foi agressão armada. Então, qual é o direito de alguém que parte para a agressão armada exigir depois que o outro lhe trate a pão-de-ló? Por que não se pergunta ao Genoíno onde estão os cadáveres dele? Em vez de perguntar para o Exército, pergunte-se ao Genoíno onde

⁵³ Depoimento de Carlos de Meira Mattos aos cientistas sociais do CPDOC/FGV no contexto do livro: A memória militar sobre a repressão. Em 1965 era comandante da Polícia do Exército na 11ª Região Militar (Brasília). Foi nomeado General-de-brigada e inspetor das Polícias Militares. Em 1975 assumiu o posto de vice-diretor do Inter-American Defense College, em Washngtin. Pagina 106-107.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

estão os cadáveres dele, onde ele os enterrou. E estão desaparecidos. Então, existe esse problema psicológico. Só tem um lado culpado, quando foi o outro lado que partiu para a guerra. Quem partiu para a guerra foi a guerrilha.

João Paulo Moreira Burnier⁵⁴ vai além. O objeto mal (o socialismo, os militantes) quase é desumanizado:

Entre os esquerdistas pode haver divergência, vaidade para assumir chefias, funções, para ter mais recursos financeiros, mas entre nós, não. Não tínhamos sequer um tostão a mais, não tínhamos vantagem alguma. Tínhamos só o risco de vida. Estávamos fazendo aquilo por idealismo, e o pessoal não acredita. Tínhamos a convicção de que a ideologia marxista e socialista era impraticável para a vida, para a pessoa humana. O humano não aceita o socialismo, porque é uma doutrina econômica que dá iguais direitos a pessoas diferentes. Uma pessoa trabalha, guarda seus recursos e consegue melhorar de vida. O outro trabalhador também, não guarda o que ganhou, torna-se um bêbado, um sem-vergonha, e gasta todo o seu dinheiro. Não vencerá nunca.

Os dois depoimentos materializam, ainda que em parte, o conceito kleiniano. O objeto mal é desprovido de qualidades (é vaidoso, agressivo, assassino e incapaz) enquanto a luta pelo objeto considerado bom é repleta de heroísmo, de humanidade, de desprendimento material e, principalmente de culpa, uma vez que a ação violenta é sempre uma reação à provocação do objeto mal.

Ainda é possível notar em outros depoimentos a oscilação entre a forma como o objeto mal é encarado. Ora visto como extremamente organizado, o que justificaria a entrada das forças armadas no combate, já que “...a situação foi tomando que elas (as polícias) não tinham mais condições, meios ou recursos para esse fim”⁵⁵, e mesmo assim “...as Forças Armadas não estavam preparadas para aquele combate. Tanto que levou

⁵⁴ Depoimento de João Paulo Moreira Burnier aos cientistas sociais do CPDOC/FGV no contexto do livro: *A memória militar sobre a repressão*. Chefiou o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) em seguida assumiu o comando da III Zona Aérea. PP. 201.

⁵⁵ Depoimento de Carlos Alberto da Fontoura aos cientistas sociais do CPDOC/FGV no contexto do livro: *A memória militar sobre a repressão*, PP.84. Em 1969 Carlos Alberto da Fontoura foi nomeado chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). De 1974 – 1978 foi embaixador do Brasil em Lisboa, até se transferir para a reserva, em 1976.

Euforia, repressão e violência: uma proposta de análise das paixões políticas no contexto do golpe e da ditadura militar no Brasil (1964-1985)

| David Antonio de Castro Netto

muito tempo para acabar”⁵⁶, violento, em resumo, com grande potencial destrutivo.

Ora visto como apenas uma organização de jovens “amadores”⁵⁷, desorganizados, “normalmente são pequeno-burgueses, filhos de papai rico”⁵⁸, moralmente fracos e um movimento “que praticamente foi estudantil e intelectual, na sua totalidade, de gente pequeno burguesa, grã-fina, pois nunca encontrei um proletário”⁵⁹, em suma, “...uma guerrilha, num país deste tamanho, iria derrotar as Forças Armadas brasileira? Por mais frágeis que estas fossem e sejam até hoje? Não havia condição”⁶⁰.

Mais abaixo nas linhas de comando, Marcelo Godoy⁶¹ apresenta alguns depoimentos de ex-integrantes do DOI de São Paulo. Alguns pontos dos depoimentos se aproximam dos arrolados acima.

Ao responder sobre o que a motiva no trabalho no DOI a tenente Neuza responde: “era uma guerra e eu estava defendendo a minha pátria. Era um patriotismo, um amor a pátria que eu sinto até hoje. Se não fosse nosso trabalho, o Brasil hoje seria uma Cuba. Era o que eles queriam”.⁶²

Outro militar, tenente Toninho, não se mostra arrependido e aglutina ao discurso do patriotismo, o anticomunismo:

Não me arrependo nem um pinga do que fiz. Se tivesse outra vez alguém querendo impor uma ideologia estranha ao país,

⁵⁶ Depoimento Carlos Alberto da Fontoura, PP. 84.

⁵⁷ Depoimento de Adyr Fiúza de Castro aos cientistas sociais do CPDOC/FGV no contexto do livro: *A memória militar sobre a repressão*, PP. 40. Fiúza de Castro foi um dos criadores do Centro de Inteligência do Exército (CIE), em 1972 era chefe do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), do Rio de Janeiro. Em 1974 assumiu o comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

⁵⁸ Depoimento de Adyr Fiúza de Castro aos cientistas sociais do CPDOC/FGV no contexto do livro: *A memória militar sobre a repressão*, pp. 65.

⁵⁹ Depoimento de Adyr Fiúza de Castro aos cientistas sociais do CPDOC/FGV no contexto do livro: *A memória militar sobre a repressão*, pp. 75.

⁶⁰ Depoimento de Carlos Alberto da Fontoura aos cientistas sociais do CPDOC/FGV no contexto do livro: *A memória militar sobre a repressão*, pp. 85.

⁶¹ GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do doi-codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morda da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime*. São Paulo: Alameda, 2014.

⁶² GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do doi-codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morda da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 150.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

pode contar comigo, que eu estarei pronto para voltar. Nós, o pessoal do Exército, tínhamos uma visão mais ideológica. A gente ia para lá para ser guerreiro⁶³.

O coronel Carlos Alberto Ulstra, em depoimento por e-mail, também confirma a “nobreza” dos interesses da corporação. Segundo ele, “a maioria trabalhava por um ideal: acabar com o terrorismo e impedir que o comunismo tomasse conta do Brasil. Éramos idealistas⁶⁴”.

No processo de construção da projeção do objeto mal, são retiradas características boas, humanas ou algo que poderia tornar viável a sua “recuperação”, em suma, ele é essencialmente mal, sendo assim, contra ele são justificáveis toda e qualquer tipo de ação violenta.

O assassinato do oficial Mendes Júnior é tido pelos depoimentos reunidos por Marcelo Godoy⁶⁵ como um divisor de águas. Assassinado pela guerrilha em 1970, o oficial uniu os dois símbolos fundamentais para os agentes da repressão: traição e antipatriotismo.

O depoimento da tenente Neuza é revelador: “Você viu o que eles fizeram com Mendes? Quebraram ele inteiro. Você vai tratar eles a pão de ló? Eu não. Quando eu vejo esses bandidos que fazem essas barbaridades, por mim, eu matava todos eles. Eu já estou velhinha, mas ainda da para matar”⁶⁶.

Em suma, a partir dos depoimentos, é possível depreender as justificativas tipificadas em torno da dicotomia do bom versus mal; idealistas versus aproveitadores; brasileiros versus traidores. Essa dicotomia não apenas apresenta uma visão rasteira do conceito de bom e mal, mas,

⁶³ GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do doi-codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morda da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 155.

⁶⁴ GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do doi-codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morda da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 155.

⁶⁵ GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do doi-codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morda da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime*. São Paulo: Alameda, 2014.

⁶⁶ GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do doi-codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morda da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 167.

também, possibilita uma justificativa confortadora para os atos cometidos, obstruindo, ao menos nos depoimentos aqui arrolados, o sentimento de culpa.

Conclusão

O objetivo deste texto foi propor uma análise sumária de como a partir do golpe militar de abril de 1964 a sociedade brasileira passou a conviver com um alto nível de violência (física ou psicológica) cotidiana.

Acreditamos que os autores arrolados no decorrer do texto, além de abrirem caminho para outro viés do entendimento do que significou a ditadura militar no Brasil, também nos proporcionam um melhor entendimento a respeito das formas pelas quais os sujeitos se comportaram frente a nova configuração social construída pelas forças armadas e pela tecnoburocracia.

Ainda julgamos ser pertinente apresentar alguns apontamentos finais para evitar possíveis equívocos de interpretação.

Em primeiro lugar, os depoimentos aqui escolhidos não representam a totalidade do pensamento ou da ação da sociedade brasileira. A complexidade da ditadura brasileira permitiu atuações sociais das mais diversas. Adesão, consentimento, resistência, ambivalência entre a adesão e a resistência são apenas alguns exemplos destas possibilidades.

Em segundo lugar, a utilização, ainda que tangencial, de alguns conceitos psicanalíticos não teve (e nem pode ter) o objetivo de “colocar os atores históricos no divã”, mas, sim, apresentar as formas pelas quais alguns comportamentos podem ser entendidos, sempre, em referência à sociedade como um conjunto e em constante interação.

A tentativa de unir aspectos das Ciências Sociais e da Psicanálise teve como objetivo entender como uma construção social (portanto, coletiva)

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

criou justificativas para atuações individuais e em que medida os sujeitos se inter-relacionam com a estrutura da configuração social em que viviam.

Ressaltamos ainda que em nenhum momento procuramos justificar a atuação dos sujeitos frente aos atos que cometeram. “Tentar entender, não é perdoar”, dizia Barbara Sukowa⁶⁷ ao interpretar Hannah Arendt. A questão aqui é compreender como tipos de comportamento podem ser observados em determinados momentos históricos e como as emoções, embora com toda a dificuldade metodológica, podem ser e inseridas como partes do desenvolvimento histórico, não do ponto de vista da psicanálise “individual”, mas, da psicologia social.

Recebido em 14.12.2015
Aprovado em 12.01.2016

⁶⁷ Hannah Arendt: Ideias que chocaram o mundo, 2012. Direção: Margarethe von Trotta, ano, 2012, 113 minutos.